

crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação.

- II. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- III. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- IV. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Assinale a opção **CORRETA**:

- A) Todas as opções estão corretas.
 B) Somente a opção IV está correta.
 C) Somente as opções I, II e III estão corretas.
 D) Somente as opções II e III estão corretas.
 E) nenhuma das opções está correta.

48. Marque a opção que apresenta uma das atribuições privativas do Assistente Social:

- A) Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.
 B) Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
 C) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
 D) Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.
 E) Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

49. São penalidades aplicáveis pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em caso de infração por parte de assistentes sociais:

- A) Suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.
 B) Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente; suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo

em vista a gravidade da falta e cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

- C) Cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.
 D) No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.
 E) Multa e cancelamento.

50. Segundo Iamamoto (2009, p. 38) "São inúmeros os desafios profissionais e acadêmicos que se apresentam ao Serviço Social na atualidade". Com base na citação, assinale a opção **CORRETA** quanto a esses desafios:

- A) A exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional.
 B) Apoio à expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país.
 C) Apoio às políticas públicas focalizadas.
 D) Criação de Conselhos representativos.
 E) Defesa do capital, como forma de manter o *status quo*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
 ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIOS

SERVIÇO SOCIAL

Informações Gerais

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, **azul ou preta**.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição do cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.

QUESTÕES DE REDAÇÃO OFICIAL E GRAMÁTICA

- É um documento elaborado para registrar os acontecimentos e/ou as decisões em uma sessão, assembleia ou reunião, a fim de evitar narrativas ou relatos infidedignos sobre o evento registrado:
 - Ata.
 - Ofício.
 - Memorando.
 - Normativa.
 - Portaria.
- Sobre as condições impostas ao processo de modernização da linguagem na redação oficial, como forma de facilitar a comunicação nela veiculada, é **CORRETO** afirmar que:
 - O texto oficial deve primar pela simplicidade, mas evitar a pobreza de expressão.
 - O ofício é, agora, utilizado também em substituição à portaria, objetivando uniformizar e facilitar a redação oficial.
 - A logomarca da instituição e o brasão de armas da república devem sempre constar no cabeçalho do ofício, a fim de imprimir caráter oficial do documento.
 - O vocativo deixou de ser obrigatório no padrão ofício, para que a comunicação seja mais rápida e direta.
 - Deve-se manter uma linguagem impessoal e burocrática na comunicação oficial, obedecendo-se aos princípios da administração pública.
- De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a identificação do expediente no padrão ofício fica localizada:
 - No lado esquerdo da página.
 - No lado direito da página.
 - No centro superior da página.
 - No centro inferior da página.
 - No lado direito ou esquerdo da página, tanto faz.
- Nas correspondências oficiais, o fecho de cortesia, é expresso pelos advérbios:
 - Respeitosamente; Agradecidamente; Polidamente.
 - Encarecidamente; Atenciosamente; Ternamente.
 - Cordialmente; Encarecidamente; Agradecidamente.
 - Atenciosamente; Respeitosamente; Encarecidamente.
 - Atenciosamente; Respeitosamente.

“Quando as pessoas se impõe, reivindicam seus direitos, cumprem seus deveres e não se submetem à deriva dos ditadores, têm mais chance de ser respeitadas e socialmente felizes.”

Com base no parágrafo acima, responda às questões 05, 06 e 07 a seguir:

- Com relação ao verbo *impor*:
 - Está grafado no tempo correto e com flexão de número correta.
 - A forma correta de grafar o verbo impor no contexto do parágrafo é impõem.
 - A forma correta de grafar o verbo impor no contexto do parágrafo é imporem.

- O verbo impor não comporta semanticamente no contexto do parágrafo.
- O verbo impor é antônimo do verbo expor.

- Quanto à grafia do verbo ter:
 - Atende aos parâmetros da última reforma ortográfica da Língua Portuguesa.
 - Não atende aos parâmetros da última reforma ortográfica da Língua Portuguesa.
 - A forma correta de grafar o verbo no contexto do parágrafo é teem.
 - A grafia da flexão verbal de ter segue a mesma dos verbos dar e ver, devendo ser alterada.
 - A substituição de têm por possuem no parágrafo acima, mudaria completamente o sentido do texto.
- O termo “respeitadas”, presente no parágrafo:
 - Está no plural porque combina com felizes.
 - Deveria estar no singular porque é um advérbio.
 - Está no plural porque combina com o substantivo ‘pessoas’.
 - Não tem a mesma função sintática do termo ‘felizes’.
 - Tem a mesma função sintática do termo ‘chance’.

Considere o seguinte texto, para responder às questões 08, 09 e 10, abaixo:

“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine.” (Coríntios 13:1)

- No contexto acima, a expressão ‘ainda que’ introduz uma oração subordinada adverbial concessiva, expressando ideia de:
 - Oposição.
 - Restrição.
 - Não pode ser substituída pela locução conjuncional ‘mesmo que’.
 - Não pode ser substituída pela conjunção ‘embora’.
 - A locução destacada é, na verdade, adversativa.
- Na oração “... e não tivesse amor...”, o termo grifado, pode ser substituído por conservando seu teor semântico:
 - Mais.
 - Mas.
 - Jamais.
 - Por mais que.
 - Embora.
- No trecho acima, o advérbio ‘como’ **NÃO** pode ser substituído por:
 - Igual a.
 - Equivalente a.
 - Tal qual.
 - Apenas um.
 - Tanto quanto.

- Estabeleceu obrigatoriedade referente ao agressor, que deve frequentar centros de educação e reabilitação e fazer acompanhamento psicossocial.
 - Estabeleceu que o acusado é obrigado a participar de terapia psicológica no prazo de um ano após o fim do processo judicial.
 - Estabeleceu que os juizes devem adotar penas de privação de liberdade e multa em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
 - Estabeleceu que somente os juizes de varas cíveis tem competência para estabelecer penas aos agressores.
 - Estabeleceu que os agressores serão obrigados a prestar prova por escrito acerca da Lei Maria da Penha.
- De acordo com o Código de Ética do/da Assistente Social, assinale a alternativa **CORRETA** em relação ao valor ético central da profissão:
 - Justiça.
 - Liberdade.
 - Solidariedade.
 - Amor ao próximo.
 - Respeito.
 - São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:
 - Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
 - Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.
 - Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais.
 - Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as.
 - Aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros.
 - Nas relações profissionais do Assistente Social com seus usuários, o Código de Ética faz considerações sobre a “quebra do sigilo profissional”. Marque a opção **CORRETA** quanto a essa possibilidade:
 - Essa possibilidade é inexistente no atual Código de Ética de 1993, embora seja mencionada.
 - Só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
 - O Código de Ética atual é vago quanto ao tema.
 - É permitido, desde que o/a usuário/a assine um termo de autorização.
 - O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.
 - “Tem como finalidade conhecer e interpretar a realidade social na qual está inserido o objeto da ação profissional, ou seja, a expressão da questão social ou o acontecimento ou situação que dá motivo à intervenção” (FÁVERO, 2005,p.21). O texto faz referência:
 - Ao estudo social.
 - Ao depoimento especial.
 - À observação social.
 - À entrevista social.
 - À visita institucional.

44. “(...) é o registro que documenta as informações significativas (...) em sua parte final, via de regra, registra-se o parecer conclusivo, do ponto de vista do Serviço Social. Conclusivo no sentido de que deve esclarecer que, naquele momento, e com base no estudo científico realizado, chegou-se a determinada conclusão” (FÁVERO, 2005,p.28). O texto faz referência:

- Às anotações processuais.
- Ao encaminhamento social.
- À entrevista social.
- Ao laudo social.
- Ao relatório.

45. Como instrumento de intervenção do assistente social “(...) ela é comumente usada em várias instâncias de trabalho no Judiciário como mais uma possibilidade de dialogar e conhecer a realidade sociocultural e familiar dos sujeitos, a partir de seu espaço de vivência – em condição diferente à da entrevista realizada no espaço físico de um fórum” (FÁVERO, 2005, p.25). Marque a opção que faz referência ao instrumento interventivo mencionado na citação:

- Visita domiciliar.
- Laudo social.
- Relatório social.
- Observação participante.
- Parecer social.

46. “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, essa citação foi extraída do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990, e aponta os deveres prioritários desses entes perante as crianças e adolescentes no Brasil. Assim, assinale a opção que **NÃO** representa uma garantia de prioridade:

- Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

47. Sobre o Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade das crianças e adolescentes, analise as assertivas abaixo:

- O direito à liberdade compreende: ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão;

30. O Código de Ética do Assistente Social traz o suporte que orienta o agir ético do profissional diante das expressões da questão social e da realidade profissional na qual está inserido. Esse documento, na sua última versão, apresenta alguns princípios. Assim, assinale a opção que **NÃO** apresenta um desses princípios:

- A) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.
- B) Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.
- C) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- D) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- E) Livre exercício das atividades inerentes à Profissão.

31. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a Lei nº 8.662/93, acerca do fórum máximo de deliberação da profissão:

- A) Reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais.
- B) Encontro Nacional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.
- C) Seminário Nacional de Serviço Social e Trabalho.
- D) Congresso Latino Americano de Serviço Social.
- E) Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social.

32. A Lei Orgânica da Assistência Social, também conhecida como Lei nº 9.742/1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. De acordo com a referida lei, assinale a alternativa que **NÃO** contém um dos princípios da Assistência Social:

- A) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- B) Prioridade no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social proveniente de outros países em detrimento das pessoas nascidas em solo brasileiro.
- C) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- D) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- E) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

33. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. De acordo com a referida lei, assinale a alternativa **CORRETA** que preenche adequadamente as lacunas abaixo:

Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até ___ anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre ___ e ___ anos de idade.

- A) 11, 11 e 20
- B) 12, 12 e 21
- C) 12, 12 e 18
- D) 10, 10, 18
- E) 11, 11, 19

34. Ana Vitória possui 18 anos, deu entrada no Hospital Municipal em trabalho de parto, no momento da admissão pediu para falar com a Assistente Social da unidade e informou que desejaria entregar seu filho para a adoção. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, para qual ente a Assistente Social deveria encaminhar o caso em questão:

- A) Polícia Civil.
- B) Polícia Militar.
- C) Secretaria Municipal de Saúde.
- D) Justiça da Infância e Juventude.
- E) Secretaria Municipal da Mulher.

35. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada:

- A) Seis meses.
- B) Um ano.
- C) Cinco anos.
- D) Dois anos.
- E) Dois meses.

36. Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** a lacuna abaixo de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa:

Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de _____ anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.

- A) Sessenta
- B) Setenta
- C) Cinquenta
- D) Sessenta e cinco
- E) Oitenta

37. De acordo com o Estatuto do Idoso aos idosos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, será assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. A partir de que idade os idosos podem ser contemplados por este benefício? Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Sessenta e cinco
- B) Sessenta
- C) Setenta
- D) Setenta e cinco
- E) Oitenta

38. A Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, em seu artigo 7º, tipifica as violências domésticas e familiares contra as mulheres. Assinale a alternativa que **NÃO** contempla um desses tipos:

- A) Violência Psicológica.
- B) Violência Física.
- C) Violência Sexual.
- D) Violência Patrimonial.
- E) Violência da fidelidade.

39. A Lei nº 13.984/20 trouxe significativas alterações na Lei Maria da Penha, no que compete ao agressor. Assinale a alternativa **CORRETA** em relação a essa importante alteração:

QUESTÕES ESPECÍFICAS

11. De acordo com MARTINELLI (2005), o Serviço Social constitui-se pelas dimensões ético-política (poder), teórico metodológica (saber) e por uma terceira dimensão, qual seria essa terceira dimensão? Assinale a alternativa que contém a resposta **CORRETA**:

- A) Instrumental-analítica.
- B) Político-metodológica.
- C) Técnico-operativa.
- D) Ontológico-social.
- E) Humano-investigativa.

12. O Código de Ética do/da Assistente Social constitui importante documento acerca do alinhamento ético político da profissão, ao longo dos anos, várias versões do referido código existiram, tais versões tentaram acompanhar as profundas mudanças que aconteceram na profissão em cada tempo histórico. Levando em conta essas transformações, assinale a alternativa **CORRETA** em relação à versão do código de ética do/da Assistente Social que primeiro evidenciou o alinhamento da profissão com a luta geral da classe trabalhadora:

- A) Código de 1986.
- B) Código de 1993.
- C) Código de 1947.
- D) Código de 1975.
- E) Código de 1936.

13. Em 2011, o Conselho Federal de Serviço Social publicou uma atualização do Código de Ética do/da Assistente Social contemplando algumas transformações significativas que precisavam estar expressas no referido documento. Assinale a alternativa **CORRETA** em relação a essas alterações:

- A) Mudança nas penalidades, a fim de tornar o código mais punitivo.
- B) Mudança nos artigos referentes ao sigilo profissional, tornando o mesmo facultativo no exercício profissional do/da Assistente Social.
- C) Apenas algumas mudanças ortográficas.
- D) Acréscimo de mais dois princípios fundamentais.
- E) Incorporação das novas regras ortográficas da língua portuguesa, assim como à numeração sequencial dos princípios fundamentais do código e, ainda, ao reconhecimento da linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente. Além disso, fora substituído o termo "opção sexual" por "orientação sexual", incluindo ainda no princípio XI a "identidade de gênero".

14. O Código de Ética do/da Assistente Social expressa em seus onze princípios fundamentais o direcionamento ético político da profissão. Assinale a alternativa que **NÃO** contém um desses princípios fundamentais.

- A) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- B) Alinhamento junto à luta geral das classes dominantes fazendo a defesa expressa da autonomia profissional.
- C) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- D) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na

perspectiva da competência profissional.
E) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e a políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

15. De acordo com GUERRA, BACKX e SANTOS (2017) os instrumentos são elementos da dimensão técnico-operativa que viabilizam, materializam, objetificam projetos, efetuando as ações profissionais no conjunto das relações sociais. Assinale a alternativa que **NÃO** contém um instrumento que faz parte da intervenção do/da Assistente Social:

- A) Visita domiciliar.
- B) Reunião.
- C) Visita institucional.
- D) Avaliação psicológica.
- E) Observação.

16. De acordo com EUNICE FÁVERO (2014), o Estudo Social, a Perícia Social, o Laudo Social e o Parecer Social fazem parte de uma metodologia de trabalho de domínio específico e exclusivo do Assistente Social. É o Assistente Social o profissional que adquiriu competência para dar visibilidade, por meio desse estudo, às dinâmicas dos processos sociais que constituem o viver dos sujeitos. De acordo com a autora, assinale a alternativa com a melhor conceituação do que seria um Relatório Social:

- A) É um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação.
- B) É um documento que possui uma apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo.
- C) É uma etapa do trabalho do/da Assistente Social específica da atuação na política de Assistência Social.
- D) Constitui documento privativo do/da Assistente Social que atua em cargos de gestão/chefia.
- E) Trata-se de um processo metodológico com o objetivo de subsidiar a decisão de um outro profissional, comumente utilizado para subsidiar decisões médicas em ambientes hospitalares.

17. Em relação ao documento conhecido como parecer social, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É um documento específico da atuação do/da Assistente Social da área previdenciária.
- B) É um documento que registra a opinião técnica do/da Assistente Social sobre determinada questão.
- C) Pode ou não fazer parte de um relatório social.
- D) Obrigatoriamente aparece como parte final de um Laudo Social.
- E) Pode ser fornecido de maneira verbal ou por escrito.

18. MIOTO (2011) estabelece que existem quatro elementos fundamentais da perícia social, assinale a alternativa que contém um desses elementos:

- A) Competência ontológica.
- B) Racionalidade.
- C) Autonomia.
- D) Competência conservadora.
- E) Intencionalidade propositiva.

19. De acordo com AMARO (2018), a visita domiciliar é uma prática profissional investigativa ou de atendimento realizado por um ou mais profissionais, junto a indivíduos em seu próprio meio social ou familiar. No geral, a visita domiciliar, como intervenção, reúne pelo menos três técnicas para desenvolver-se: a observação, a entrevista e a história ou relato oral. Assinale a alternativa **CORRETA** em relação às orientações quanto à visita domiciliar realizada por profissional de Serviço Social:

- A) Deve orientar-se por observações investigativas com o objetivo de policiar comportamentos e atitudes dos visitados.
- B) Deve acontecer somente no período noturno, para que se possa conferir de surpresa o ambiente domiciliar da família visitada.
- C) Deve ter o objetivo de averiguar as condições de moradia dos visitados, a fim de verificar a existência de goteiras, rachaduras e outros problemas arquitetônicos.
- D) Deve ser respaldada no melhor interesse do profissional e seguir normas técnicas preconizadas pelo Conselho Federal de Medicina.
- E) Deve privilegiar a ética e o respeito como princípios e condições fundamentais à realização da visita domiciliar. O fato de ser realizada no ambiente domiciliar ou particular, por si, já clama por uma série de atenções e considerações éticas, relativas ao direito à privacidade e sigilo profissional.

20. Acerca da Lei 8.662/1993, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Assistente Social no Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os/as profissionais de Serviço Social somente poderão exercer sua profissão em ambiente onde possam receber gratificação por insalubridade e/ou periculosidade.
- B) Constitui direito do/da Assistente Social trabalhar em ambientes isolado de outras categorias profissionais.
- C) Constitui dever do/da Assistente Social revelar sigilo profissional sempre que solicitado.
- D) A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.
- E) Constitui direito do/da Assistente Social trabalhar com metodologias terapêuticas.

21. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), constitui-se em importante mecanismo para coibir e prevenir situações de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Para a referida Lei, é considerada como violência:

- A) Ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
- B) Ação baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
- C) Omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
- D) Ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão e dano moral.
- E) Ação ou omissão, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

22. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) traz em seu bojo diretrizes acerca da articulação entre poderes públicos e também os não governamentais para a criação de políticas

públicas voltadas para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Considerando a assertiva, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma dessas diretrizes:

- A) A implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher.
- B) A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas.
- C) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia.
- D) O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- E) Encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.

23. Com relação às equipes de atendimento multidisciplinar, julgue os itens abaixo:

- I. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados não precisarão manter equipe de atendimento multidisciplinar, pois já se trata de um juizado.
- II. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá contratar profissional especializado, mediante anuência da equipe multidisciplinar.
- III. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Marque a opção **CORRETA**:

- A) Somente as opções I, II e III estão corretas.
- B) Somente as opções I e II estão corretas.
- C) Somente a opção III está correta.
- D) Somente a opção I está correta.
- E) Somente as opções II e III estão corretas.

24. Segundo o art. 9º da Lei nº 11.340/06, "A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente, quando for o caso". A fim de assegurar esse direito de assistência, que ação poderá ser implementada:

- A) Manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até dois anos.
- B) Encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação

de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.

- C) Prisão do agressor em caso de violência física.
- D) Não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada.
- E) Se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.

25. Uma das inovações da Lei Maria da Penha foi a de estabelecer as 5 (cinco) formas de violência dentre as quais a mulher pode ser vitimada. Dessa forma, assinale a opção que corresponde à definição de violência moral:

- A) Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- B) Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- C) Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir.
- D) Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
- E) Entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

26. "Direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". O texto acima se refere à:

- A) Seguridade social.
- B) Previdência Social.
- C) Saúde.
- D) Assistência Social.
- E) Segurança Pública.

27. Quanto aos tipos de proteção social contidas na Lei Orgânica da Assistência Social (LEI nº 8742/93), marque a opção **INCORRETA**:

- A) Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e

aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- B) Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.
- C) As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação.
- D) As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).
- E) Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

28. Considere o caso hipotético:

A senhora Maria tem 35 anos, é casada, funcionária pública e possui 2 (dois) filhos. Recentemente, o senhor Pedro, marido da Sra. Maria, chegou em casa embriagado e a agrediu fisicamente. Após ter procurado a Delegacia da Mulher da cidade em que reside e realizado boletim de ocorrência, a Sra. Maria foi orientada pela delegada a procurar a Assistência Social da cidade para buscar apoio socioassistencial.

Marque a opção que apresenta a melhor alternativa para o caso:

- A) Ela deve procurar o CRAS da cidade, pois não está em situação de risco pessoal ou social.
- B) Ela deve procurar o Conselho Municipal de Assistência Social.
- C) Ela deve procurar o CREAS, pois a situação vivida por ela corresponde a uma situação de risco pessoal.
- D) O melhor a fazer é não buscar apoio socioassistencial.
- E) Ela deve procurar a proteção social básica.

29. As instâncias deliberativas do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

- A) Conselho Nacional de Assistência Social, Conselhos Estaduais de Assistência Social, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e Conselhos Municipais de Assistência Social.
- B) Conselho Regional de Serviço Social, Conselhos Estaduais de Assistência Social, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e Conselhos Municipais de Assistência Social.
- C) Conselhos Estaduais de Assistência Social, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e Conselhos Municipais de Assistência Social.
- D) Conselhos Municipais de Assistência Social.
- E) Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho Regional de Serviço Social, Conselhos Estaduais de Assistência Social, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e Conselhos Municipais de Assistência Social.